

1. ORGANIZAÇÕES DE MASSAS

1 pc.

1.1 JAAC-CV

A organização conta actualmente com cerca de 13.000 membros, isto é, 4% da população do país, grau de penetração que pode ser considerado bom, embora diferenciado, apresentando-se menor e mais preocupante na Praia-Urbano 2.6%, no Fogo 2% e em S. Vicente 1%.

Considerando que em 1983 o número de membros era de 7.000 e que o número de estruturas de base passou de 254 para 380 conclui-se que a organização desenvolveu um intenso trabalho de mobilização e organização, embora as carências em meios humanos, materiais e financeiros.

Inúmeras foram as actividades desenvolvidas em vários domínios, das quais se destacam:

- a realização das Conferências de Sector e das reuniões ordinárias do Conselho Central, revelando melhorias significativas nos métodos de organização e funcionamento;
- seminários, encontros de quadros, círculos de estudo e palestras, abordando os mais variados temas com visto o aumento do nível de formação político-ideológica e de conhecimentos gerais, e maior capacidade de intervenção junto da camada juvenil;
- iniciativas de carácter cultural como o já tradicional concurso "Todo o Mundo Canta", a dança e o teatro, mobilizando e interessando os jovens para a vida artística e pela valorização da cultura nacional;
- a massificação do desporto em várias modalidades, possibilitando a educação física, a ocupação útil dos tempos livres e o sã convivio entre os jovens;
- a informação formativa como p.e. a difusão de programas radiofónicos, a edição da revista "SEIVA" e outras actividades afins nomeadamente o lançamento de salas de leitura;
- o empenhamento nas tarefas de alfabetização e de escolarização de jovens membros e não membros da organização;
- a participação em projectos de carácter produtivo sobretudo nos sectores agrícola e das pescas, bem como na construção de escolas primárias e acções integradas de desenvolvimento comunitário.

- e por último, sem enumerar outras tantas actividades, a realização regular das Semanas Nacionais da Juventude, com realce para a IX Semana Nacional que envolveu mais de 30 mil jovens de todas as ilhas; tal evento constitui, anualmente, o ponto alto das actividades da JAAC-CV, pelo impacto no reforço da consciência patriótica, da unidade e solidariedade nacionais.

Não foi definida uma política nacional da juventude, mas estudos nesse sentido encontram-se em fase avançada, devendo ser prosseguidos por quadros nacionais e com o apoio metodológico de especialistas estrangeiros qualificados na área da investigação.

Tornando-se necessário enquadrar e orientar as potencialidades e disponibilidades de que a massa juvenil vêm dando provas, pelo seu peso quantitativo e qualitativo na vida do país, a organização terá que dotar-se de uma maior capacidade de intervenção nas áreas da produção, da formação profissional, etc...

Na composição etária 51% dos membros é da faixa dos 19-24 anos, 30% até 15 anos, 17% na dos 25-30 anos e 2% na dos mais de 30 anos.

A composição por sexo apresenta 70% de sexo masculino e 30 % do sexo feminino, o que recomenda esforços para um melhor equilíbrio.

Quanto à composição social 27.6% são camponeses sem terra, 18% são estudantes, 16% são desempregados, 15% são operários e assalariados urbanos, 11.6% são funcionários e empregados e 11.7% inclui outras categorias, quadros militares e pequenos proprietários. Uma forte representação das camadas sociais mais desfavorecidas reflecte tanto uma correcta preocupação da JAAC-CV como a confiança e as esperanças que nela depositam.

Sobre os níveis de instrução 10.1% são analfabetos, 51.6% têm o ensino primário completo ou incompleto, 3.7% o curso complementar do Liceu, 0.9% a escola técnica profissional completa ou incompleta e 0.5% o curso médio ou superior.

Conjugando os dois últimos dados, conclui-se que deve haver maior ofensiva nos centros urbanos sobretudo no seio dos estudantes e dos quadros não só pelas suas potencialidades como pela importância que assumem na formação da opinião.

No plano internacional a JAAC-CV vêm-se fazendo representar condignamente. Ao afirmar-se e fazer-se respeitar no exterior, está

prestando um contributo significativo à imagem de marca de Cabo Verde na arena internacional.

1.1.1 OPAD-CV

Fortemente implantada no país e gozando de real prestígio, a organização pioneiril conta actualmente com um efectivo de 13.250 crianças enquadradas por 755 monitores e 49 quadros.

Para além dos esforços de estruturação orgânica, uma vasta gama de actividades são realizadas tais como as jornadas infantis, as Semanas Nacionais por ocasião do início dos anos lectivos, os Festivais dos Pequenos Cantores, bem assim seminários, mesas-redondas, acampamentos nacionais, etc; para além da participação em acampamentos, congressos e outros foruns internacionais.

Subsistem dificuldades em meios humanos, materiais e financeiros, sobretudo pensando nas exigência que a delicadeza e a dimensão de um trabalho fecundo no seio das crianças contém. Dai o apelo a esforços conjugados para que a OPD- CV seja dotada do mínimo de recursos ao desenvolvimento da enorme tarefa que lhe é cometida.

A acção da organização têm maior incidência nos centros unbanos, mas urge alargá-la ao meio rural, lá onde as crianças são mais carentes.

As instituições públicas que directamente ou indirectamente devem velar pela formação e melhores oportunidades para as crianças da nossa terra, terão que desenvolver uma inter-ligação e coordenação efectivas com a OPAD-CV, para que as crianças conheçam melhor o seu país e seus valores, para que nelas se desenvolva e enriqueça a consciência moral, o respeito à família, à escola, à sociedade e às instituições, a apropriação da memória colectiva e da consciência social como espaços de socialização e de referência fundamentais à elaboração e evolução de uma personalidade e identidade enraizadas na cultura nacional, na unidade e solidariedade nacionais, nos símbolos da Nação.

A relação ou interpenetração criança-família-escola-sociedade deve estar na base da formação das novas gerações.

1.2 OMCV

De 1983 a 1988 o efectivo passou de 4.593 para 12.584 membros, isto é, um aumento em cerca de 273% e uma taxa de penetração de 3.6% que pode ser considerada muito boa sobretudo porque abarca sómente a população feminina.

Conta com 287 grupos de base contra 125 em 1983, o que evidência importantes avanços de enquadramento.

Cerca de 70% dos membros encontram-se no meio rural ou péri-urbano, salientando-se assim a preocupação da organização em priorizar os problemas e preocupações das mulheres em situação mais desfavorecida.

No que respeita a organização e funcionamento, as estruturas deram passos significativos com a realização periódica das Conferências de Sector e a planificação, bem como tiveram lugar acções de formação e capacitação dos quadros.

Ao analisar a situação da mulher caboverdiana, a OMCV compreendeu rapidamente que paralelamente ao trabalho político-ideológico, teria de pôr o acento tónico no desenvolvimento de actividades tendentes a melhorar o nível de vida da camada feminina. É assim que:

- a alfabetização abarcou até esta data cerca de 4.000 mulheres;
- vêm sendo dado apoio aos programas do PMI/PF através da formação de activistas, nomeadamente;
- com vista elevar a qualidade de vida das mulheres chefes de família e desempregadas, muitos projectos vêm sendo concretizados no sector agro-precuário e outros estão em vias de financiamento;
- várias chefes de família têm beneficiado de apoio à cultura de regadio em S. Tiago e Santo Antão;
- têm sido prestado apoio na formação e na aquisição de material para as actividades artesanais de corte e costura, rendas e bordados;
- alguns cursos de formação de empregadas domésticas foram realizados à intenção de mulheres oriundas do meio rural;
- foram criados jardins rurais comunitários abrangendo cerca de 2.800 crianças;
- centros de promoção feminina estão funcionando e que, como espaços de animação, têm por objectivo consciencializar as mulheres para participarem na solução dos seus problemas.

A OMCV vai procurando pautar as suas relações com instituições e outras organizações, na base da coordenação e da concentração de



modo a planificar e integrar as suas acções, tanto pelo papel que lhe cabe na sociedade como pelo tipo realizações em que está empenhada.

Constituem o foco das atenções e preocupação de grande número de mulheres, a habitação, o desemprego, a dieta alimentar, o abastecimento de água, etc., factor limitativo na sua participação em várias outras actividades do seu interesse. Aponta-se ainda o baixo nível de formação política e cultural de muitos dos membros da organização, carências em meios materiais e financeiros e uma fraca sensibilidade e atenção da parte das instituições públicas.

O nível de escolaridade apresenta 39% de analfabetos, 44% com o ensino primário e 12% com o Ciclo Preparatório, o que requer esforços redobrados a fim inverter os índices.

Passando à composição social, 64% são domésticas, 15% são empregadas e funcionárias, 3% de estudantes e 18% abrange outras categorias. Explicada essa representação pela prioridade dada ao meio rural, é de se intensificar o trabalho nos centros urbanos da Praia e S. Vicente, em especial o segundo.

A composição etária apresenta-se equilibrada, comportando 57% a faixa dos 21-35 anos, 27% a de 36-50 anos e 16% a de mais de 50 anos.

1.3 UNTC-CS

Dos actuais 12365 sócios, 8095 são membros activos, isto é, estão integrados e enquadrados em estruturas organizativas. Os 4270 são aderentes que normalmente não têm uma actividade profissional permanente e portanto não são absorvidos pelo quotidiano da acção sindical.

Santiago (a cidade da Praia em particular), S. Vicente e Sal, comportam, como era de se esperar, a grande maioria, cerca de 91% dos membros, enquanto S. Nicolau, Fogo e Boa Vista abarcam os restantes.

Vanguarda das massas trabalhadores, consciente da realidade económica e social do país e na defesa dos direitos e interesses legítimos dos trabalhadores, e seus deveres, os Sindicatos têm no primeiro plano das suas preocupações dotar-se de competência e elevada capacidade organizativa, elevar a qualidade de intervenção dos seus membros em primeiro lugar dos que ocupam cargos de direcção, promover a formação profissional e a consciência dos trabalhadores, condição sem a qual não será possível o aumento da produção e da produtividade, a melhoria na satisfação das necessidades básicas da população e a justiça social.



Nessa perspectiva, não foram descuradas iniciativas de formação quer a nível interno quer enviando quadros ao exterior, embora se deva reconhecer que nessa área muito há a fazer quando se pensar numa certa especialização nas áreas do direito do trabalho e da economia. E no plano da formação e qualificação profissional dos trabalhadores, a UNTC-CS, enquanto membro do Conselho Coordenador do Instituto de Formação e Aperfeiçoamento Profissional, está empenhada na organização e concretização de várias acções.

As Comissões de Delegados Sindicais, os Conselhos de Direcção e Comissões de Trabalhadores de Empresas, vêm constituindo autênticas escolas de formação e de participação. Reconhece-se todavia, que tanto as limitações dos representantes sindicais como resistências de muitas das direcções das empresas, vêm sendo obstáculo a uma presença sindical activa e de qualidade, seja na elaboração dos planos como no controlo dos actos de gestão, na racionalização dos meios, no combate aos desvios e na mobilização efectiva dos trabalhadores para a produção. É urgente pois a tomada de medidas vigorosas de todas as partes, favoráveis a um clima de diálogo, cooperação e coordenação.

Papel activo vêm sendo desempenhado na solução de problemas ligados a despedimentos e pagamento de salários e indemnizações, de conflitos laborais, na busca de soluções à melhoria do funcionamento das Inspecções de Trabalho e das Comissões de Litigio de Trabalho e na gestão dos fundos sociais das empresas.

No ano transacto teve lugar o grande evento que foi o 1º Congresso da UNTC-CS, onde num ambiente de participação entusiástica e responsável, foram analisadas questões de maior importância para a vida dos trabalhadores e da organização.

Precedido de ampla discussão e participação desde as bases, o Congresso elegeu os órgãos de direcção e traçou importantes directivas de reestruturação com vista a adequação dos Sindicatos às exigências do momento nomeadamente:

- a qualidade da participação dos representantes sindicais nos Conselhos de Direcção das empresas;
- a dotação da organização em capacidade de estudos e análise;
- o reforço e aperfeiçoamento das acções de formação;
- o alargamento da acção sindical ao funcionalismo público e aos trabalhadores agrícolas;

- para além de outras ligadas à informação, mobilização e enquadramento dos trabalhadores e suas potencialidades sobretudo em iniciativas de produção e de solidariedade social.

Restam, sem dúvidas, inúmeras dificuldades a ultrapassar e objectivos a alcançar. Em primeiro lugar uma contribuição de facto na diminuição dos níveis de desemprego, paralelamente ao domínio efectivo das áreas de intervenção sindical, o aprofundamento do diálogo e da concertação e a elevação da consciência dos trabalhadores, sobretudo num momento em que novos e complexos desafios do desenvolvimento requerem saltos qualitativos dos Sindicatos, principalmente uma grande capacidade de negociação.

2. OUTRAS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

2.1 AS COOPERATIVAS

O sector, sob o impulso das estruturas partidárias e seus militantes e com o apoio do I.N.C., vêm-se alargando progressivamente contando com cerca de 20.332 membros, o que significa uma taxa de penetração de 5.9%.

O I.N.C., está-se dotando dos meios técnicos e financeiros através de recursos internos e da cooperação internacional, para o apoio organizativo e técnico gestor às cooperativas. Preenchido o lugar de Presidente, respondeu assim aos requisitos para o seu pleno reconhecimento institucional e jurídico.

De entre as 238 organizações, 100 dedicam-se ao consumo o que dá uma ideia do papel que vêm desempenhando no combate à inflação e ao açambarcamento, bem como à distribuição sobretudo na área rural. Sobre este sector chama-se a atenção para os impedimentos de acesso ao comércio grossista e de importação, factor limitativo da sua consolidação e exercício do importante papel que lhe está reservado e reconhecido tanto pelo Partido como constitucionalmente.

O cooperativismo abrange ainda o sector agro-pecuário com 50 organizações, o da indústria e artesanato com 24, o da habitação com 18, o das pescas com 6, o da educação e formação com 2, o da poupança e crédito com 24, o de estudos e projectos com 1, o de transportes marítimos com 1, para além de 6 uniões.

Cabendo-lhe importantes funções de competitividade e complementaridade económica, de produção e de emprego, de formação, organização e intervenção das massas populares na gestão de interesses específicos em diversas áreas, é indispensável e urgente o alargamento e reforço da

sua actividade nesses ramos, para que a participação popular ganhe novos espaços e a sociedade se dote dos instrumentos e mecanismos de contrapeso ao investimento estrangeiro e se consolide a capacidade interna.

As instituições do poder, as organizações de massas e em primeiro lugar as estruturas do Partido e seus membros a todos os níveis, devem prestar o melhor do seu empenho à elevação constante do nível de organização e funcionamento das cooperativas e à realização dos seus objectivos sócio-económicos, bem como para que se estreite a coordenação com o I.N.C. nas acções que cada momento impõe, para que se atinjam os 10% de penetração, para o acesso das cooperativas aos organismos de crédito e financiamento, enfim, para o alargamento e consolidação maiores das bases sociais do regime.

2.2 O ASSOCIATIVISMO

Embora as iniciativas nos Sectores de Santa Catarina, Fogo e Santo Antão na criação de pró-Associações de Camponeses, os resultados preconizados pelo II Congresso são magros.

A mobilização e organização dos camponeses à volta do associativismo é tarefa complexa que exige recursos humanos e materiais de que o Partido não dispõe, bem como o apoio das organizações de massas e de um maior engajamento das instituições públicas sem o qual todo o trabalho político perde sentido.

Com a adopção pela A.N.P. do diploma respeitante às associações, foi criado o quadro legal a partir do qual desenvolver-se-ão as disponibilidades e potencialidades nas áreas técnico-profissional, cultural, desportiva, etc.. Ao Partido exige-se capacidade de iniciativa e antecipação através dos seus membros, dando forma, conteúdo e dinamismo ao movimento, para respostas concretas às aspirações e preocupações de importantes sectores da população.

2.3 O MUTUALISMO

O Partido têm descurado por completo esse sector. Efectivamente, a população caboverdiana desenvolve actividades de ajuda mútua de elevado valor social, cívico e cultural cujas raízes, organização, objectivos e perspectivas devem ser objecto de pesquisas e estudos sociológicos, requerendo a criação dos meios de apoio ao seu desenvolvimento, afirmação e ocupação real do importante espaço de

solidariedade social, complemento da segurança e previdência social, lugar de preservação e valorização de tradições, de organização da sociedade civil e da participação popular e, como outras organizações sociais, espaço de alargamento da base social do regime.

Chama-se a atenção para a urgência em se mobilizar as enormes energias e recursos que encerram as tabancas, as "mitin" e as "bótu", as associações funerárias e outras afins, bem como outras potencialidades que poderão emergir nessa área, sob o impulso da capacidade inovadora e criadora do Partido.

3. O PODER LOCAL

As Comissões de Moradores estão implantadas por todo o país, vindo a desempenhar importante papel na solução de variados problemas das comunidades, bem como resultados positivos no desenvolvimento das consciências e na prática da democracia têm-se feito sentir. ~~No~~ ~~cores~~ desse dinamismo, as estruturas partidárias devem prosseguir o seu empenhamento para uma efectiva implantação das Comissões de Moradores.

Mas, muito mais podiam ter feito e, como alicerces da participação popular que se propõe e deseja, muitas limitações terão que ser ultrapassadas, pelo que se emuneram algumas:

- é prática geral serem-lhes cometidas tarefas subsidiárias no lugar daquelas mais directamente ligadas ao desenvolvimento comunitário para que estão vocacionadas;
- a não renovação dos órgãos segundo a periodicidade prescrita por lei;
- os Conselhos Deliberativos não prestam o acompanhamento e apoio que lhes é devido e de que carecem, o que não suscita a motivação desejada nem veícula as informações e o andamento e solução de questões que se põem às suas actividades;
- as acções de formação ainda não correspondem às verdadeiras necessidades em conhecimentos e capacidade de promover o desenvolvimento comunitário, sendo uma tarefa que cabe aos C.D., também;
- os estímulos materiais e simbólicos que conferem prestígio e autoridade, para além de serem insuficientes não se realizam na prática, aspecto este que não deve ser descurado, muito pelo contrário.

Para o reforço e aprofundamento da prática da democracia e da participação popular, e a iniciativa dos Sectores do Partido, vêm tendo lugar eleições para integração dos Conselhos Deliberativos e Comissões de Moradores utilizando-se a metodologia de consulta interna nas estruturas partidárias e das organizações de massas, de apresentação às populações de proposta de lista para discussão, apreciação, alteração e sua adopção final pelo voto.

Os Conselhos Deliberativos estão dando os primeiros passos de cooperação inter-municipal, de geminação, de coordenação com os parceiros sociais, de cooperação com organizações internacionais não-governamentais, de planificação, ao que não é indiferente a acção dos militantes do Partido com assento nesses órgãos, práticas estas que devem ser prosseguidas e reforçadas.

Contudo, para que estas iniciativas e outras ganhem corpo e dinâmica, há que se avançar com a Lei Quadro do Poder Local instrumento chave para a descentralização com vista ao aprofundamento e consolidação da democracia nacional revolucionária, e a promoção do desenvolvimento regional e comunitário no quadro de largas atribuições autárquicas, de afectação de recursos, de valorização dos recursos próprios e de uma efectiva e harmoniosa integração das potencialidades nacionais.

4. OS TRIBUNAIS POPULARES

Como as Comissões de Moradores estão implantados em todo o país e, em muitas zonas, desempenham actividade do maior mérito na educação das populações e sua consciência cívica.

Embora o empenho das Comissões Dinamizadoras, padecem também de muitas das limitações que afectam as Comissões de Moradores com as quais se processa uma relação estreita, tanto pelas características comuns como pela complementaridade das tarefas.

Dever-se-à proceder a levantamento dos avanços já alcançados no exercício das suas competências, com vista os aperfeiçoamentos que se mostrarem recomendáveis e eventual alargamento de competências.

Para além de instalações onde possam reunir-se, organizar-se e proceder aos actos públicos, seria desejável a sua intervenção na gestão dos fundos que realizam a partir de muitas, etc..

JJ

Em relação às Comissões Dinamizadoras, devem estimular uma relação mais estreita e construtiva entre os Tribunais de Zona e as instâncias imediatamente superiores e melhor coordenação com outras instituições.

Sendo os valores e normas de conduta cívica e moral do nosso povo o principal instrumento de actuação dos Tribunais de Zona, estes poderiam constituir uma fonte privilegiada de recolha e tratamento de elementos para valorização da nossa ordem jurídica interna.

5 AS MILÍCIAS POPULARES

Depois de um período de grande entusiasmo, de organização e participação das Milícias Populares em várias tarefas de defesa, ordem pública e trabalho produtivo, passou-se a uma fase de recuo, patente na desmotivação de grande parte dos milicianos.

Vários factores devem ser considerados:

- desautorização das intervenções em questões de furto, ordem pública, etc., pelos Tribunais Regionais e Sub-Regionais;
- não utilização de meios de defesa eficazes em casos de agressão;
- falta de apoio e enquadramento específico por parte de alguns Comandos de Agrupamento e mesmo, por parte destes, uma atitude muito utilitária, quase que fazendo das milícias uma sua dependência;
- a não coordenação e entendimento efectivo entre as estruturas partidárias e os Comandos de Agrupamento;
- a tendência da Direcção das Milícias Populares junto das FARP em centralizar a organização, coordenação e orientação das actividades das Milícias Populares, relegando ao Partido sómente a tarefa de recrutamento e, muito pontualmente, de formação política.

Conjungando todos estes factores e reconhecendo o carácter de organização de massas marcadamente político das Milícias Populares, é urgente que sejam adoptados o Estatuto e regulamento das mesmas, onde estejam definidas as suas funções e o papel que cabe às instituições intervenientes, bem como a criação de órgãos integrados a nível nacional, regional e local onde ao Partido caberá papel predominante.

CA

Também, há-que criar os instrumentos jurídicos que reconheçam força legal às intervenções das milícias, especialmente na área da ordem pública, bem assim a dotação das mesmas em meios materiais de actuação e levadas a cabo acções de formação em domínios específicos.

6 ACTIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÕES DE MASSAS PARTICIPAÇÃO POPULAR E PODER LOCAL

Este Departamento resulta da integração das áreas de organizações de massas e do poder local, o que terá por lógica a vertente participação popular.

Essa integração não deixou de se traduzir, todavia, por uma acumulação de responsabilidades e tarefas em domínios sensíveis e de dispersão em termos de actividades a desenvolver, requerendo por um lado o acompanhamento e apoio às estruturas partidárias, e por outro a coordenação, acompanhamento e apoio às organizações de massas, sociais e instituições públicas ligadas ao poder local.

A limitação em quadros (1 Director e 1 funcionário para expediente burocrático) não possibilita o aprofundamento das questões, necessidades e especificidades de cada área e portanto uma acção de coordenação orientada e objectiva que em muitos casos requer estudos aprofundados e especialização. Deste modo tem sido impossível imprimir a dinâmica desejada a uma área vasta e diversa, de importância decisiva na materialização da participação popular e no alargamento e consolidação da base social do regime.

Embora tal limitação e outras insuficiências ligadas às carências de que ainda sofre o aparelho partidário em geral, algumas actividades foram desenvolvidas, como p.e.: visitas de trabalho a alguns Sectores para avaliação, acompanhamento e recomendações práticas; iniciativas de superação e capacitação seja centralizadas seja sectoriais; estímulo e apoio ao processo de eleições dos órgãos de poder local; apoio técnico a alguns sectores no que respeita a metodologia da participação popular e do desenvolvimento comunitário; acompanhamento das actividades das organizações de massas e à realização das reuniões dos seus órgãos nacionais de direcção; discussões e acções comuns com o Ministério da Administração Local e Urbanismo no tocante à formação dos agentes da administração municipal, à dinamização dos órgãos de poder local e visitas de trabalho conjuntas, etc

Por isso, esforçou-se por melhorar o estilo e método de direcção pelas estruturas partidárias que devem:

- privilegiar a via de orientações e de controlo da actividade dos seus membros que integram as organizações de massas e sociais e órgãos do poder local, por uma presença mais activa e de vanguarda no seio das mesmas;

- cuidar da formação e capacitação específica desses mesmos militantes, segundo a organização ou órgão onde têm assento, promovendo assim a especialização e um maior domínio, pelo Partido, das várias esferas de actividade da sociedade;

- permitir a referida especialização e activismo buscando formas de organização e controlo que facilitem aos seus membros desenvolver a sua militância partidária nessas organizações e instâncias isto é, evitar a acumulação de tarefas e responsabilidades muitas vezes limitativas das disponibilidades e qualidades próprias de cada militante.

Em relação às organizações de massas e sociais teve-se como preocupação estimulá-las no sentido de desenvolverem e afirmarem ainda mais a sua qualidade de parceiros nacionais do desenvolvimento, pela promoção da produção cooperativa e individual, na luta contra o desemprego, em iniciativas de carácter social e cultural e funcionando como grupos de pressão úteis. Para tanto impõe-se que sejam mais agressivas e intensifiquem o diálogo social com as camadas da população que representam e tornem-se ainda mais representativas das suas aspirações e interesses e suscitem e elaborem em permanência os consensos sociais.

Neste ponto, não se deixou de chamar a atenção, em particular os Sindicatos, para o empenho na formação dos seus membros sobretudo os Delegados Sindicais e aqueles que integram as Comissões de Gestão das empresas, para o aumento da sua capacidade de análise e de intervenção, de diálogo e de negociação com as direcções das empresas e com os trabalhadores.

Fez-se ver também o imperativo da coordenação entre as organizações de massas e sociais, pelas afinidades das suas características e pelo reforço do seu prestígio e significado tanto no quadro do sistema político como no da sociedade em geral.

Nessa perspectiva foi avançada a ideia de criação, sob os auspícios dos Sectores do Partido, de uma instância de encontro dos órgãos do poder, das organizações de massas e sociais e outras instituições a esse nível, para o efeito da concertação, coordenação e harmonização de maneira a

se dar novo impulso à participação popular e ao desenvolvimento comunitário. Aliás, algumas experiências vêm tendo lugar pelo que devem ser acompanhadas, estimuladas e alargadas.

Em relação aos órgãos do poder local, para além dos estímulos e apoio ao processo de eleições, esforços junto do Ministério da Administração Local e Urbanismo no tocante à formação e outras iniciativas atrás referidas, não se deixou de chamar a atenção para cuidados com a metodologia do desenvolvimento comunitário a nível das Comissões de Moradores, ou melhor, o conhecimento do meio e o levantamento dos recursos próprios pelas populações elas mesmas, a sua mobilização, organização e educação para uma participação planificada integrando as várias organizações que intervêm na base, para que adquiram capacidade própria de análise e avaliação, de programação e discussão com instituições e parceiros de apoio, enfim de realização dos seus anseios e necessidades próprias de forma conjugada e harmonizada com os planos regional e nacional.

A nível dos órgãos nacionais de direcção das organizações de massas, teve-se a preocupação de melhorar o apoio e acompanhamento, pela via da concertação, evitando-se o estilo intervencionista, estimulando-se as mesmas a assumirem mais a autonomia e a não funcionarem como organizações do Partido, mas sim como das amplas camadas da população que representam, embora os objectivos e conteúdo devam corresponder ao Programa e orientações do Partido.

Quer-se realçar aqui a atenção particular que se deu à JAAC-CV, considerando a expressão que os jovens assumem e assumirão na nossa sociedade em evolução permanente imprimida pelo processo de desenvolvimento em que o país está empenhado e pelas mutações que caracterizam a nossa época e o mundo. Com a independência nacional desapareceram as correias do enquilosamento e é a juventude, aberta a mudanças e ao novo, a camada da população mais apta a assumir a liberdade de expressão, de pensamento e de acção conquistada.

Cabe então à JAAC-CV a pesada tarefa de mobilizar, organizar e enquadrar as potencialidades e aspirações da juventude cabo-verdiana, pela afirmação e projecção da identidade e dignidade nacional, pelo envolvimento e empenho dos jovens nos esforços de construção do país, na consolidação da soberania e da independência nacional, na vida política nacional.

Concluindo, as relações Partido-organizações de massas e sociais e órgãos do poder local foram reforçadas de forma significativa. As preocupações que centraram o essencial das actividades ainda não produziram muitos dos resultados desejados seja porque têm a ver

muito com a adopção gradual de estilos e métodos, de mudança de atitudes e comportamentos, com a apropriação de conhecimentos e da informação, seja porque exige recursos humanos, técnicos, materiais e financeiros que ainda constroem bastante a actividade partidária.

Contudo, pensa-se que essa via deve ser prosseguida dando-se atenção prioritária à capacitação dos militantes e sua presença activa e de vanguarda nas organizações e instituições que integram e à capacidade de criação, inovação e animação por parte das estruturas partidárias.

7 CONCLUSÕES

Como acabou-se de ver, no tempo que decorre entre 1983 e 1988, foi desenvolvido um intenso e laborioso trabalho com vista a aplicação das resoluções do II Congresso, sendo de se felicitar as estruturas partidárias e seus militantes, bem assim as organizações de massas e sociais e outras instituições, pela sua dedicação e esforço.

Na busca permanente das melhores vias para a materialização do princípio da democracia nacional revolucionária e sua componente fundamental, a participação popular, não se pouparam os órgãos de direcção, em particular o Conselho Nacional, na análise de cada momento e no balanço das actividades do Partido, organizações e instituições mais directamente ligadas à prática da participação popular.

Justo é de realçar as VII e VIII reuniões do Conselho Nacional, pela riqueza dos seus debates e análises e pela pertinência das suas decisões.

A VII reunião deu grande atenção ao estilo e método de direcção do Partido para que privilegie a intervenção política, dê atenção ao conhecimento da sociedade, à construção dos grandes consensos nacionais, ao sistema eleitoral e sua melhoria, para além de importantes questões de actualidade.

A VIII reunião regozijou-se com o processo e método de eleição dos órgãos de poder local recomendando o seu aprofundamento e generalização no quadro do reforço da democracia e perspectivas futuras de descentralização. Apreciou também o resultado dos avanços alcançados pelas organizações de massas e sociais.

Em relação às organizações de massas foi recomendado uma melhor coordenação com o Partido e entre elas, com as instituições públicas, as forças sociais e a população em geral, sobretudo o reforço da sua condição de parceiros do desenvolvimento nacional.



Quanto às organizações sociais: chamou a atenção para a necessidade do movimento cooperativo alargar a sua actividade ao sector da produção; recomendou reflexão mais ampla e sensibilização dos militantes e população para o significado e importância do associativismo e do mutualismo.

No tocantes às Milicias Populares, foi recomendada uma melhor coordenação entre os vários organismos e instituições que intervêm na sua organização e funcionamento.

Para, em relação ao Partido, recomendar aos militantes o reforço da sua "... presença no seio das organizações de massas e sociais, como via privilegiada para a veiculação dos ideais e políticas do Partido."

Dotado o aparelho do Partido dos instrumentos político-ideológicos que encerram as resoluções do II Congresso e as decisões do Conselho Nacional, a sua actividade em direcção às organizações de massas e sociais e instituições do poder local, vêm sendo desenvolvida para o reforço do princípio da participação popular em três dimensões: a prática da democracia, o exercício do poder, a promoção do desenvolvimento.

Se bem que os objectivos estão ainda longe de se atingir e limitações podem ser apontadas, os resultados alcançados são reconfortantes.

E, no prosseguimento da via traçada, de entre o muito que resta fazer, deixam-se aqui algumas sugestões e recomendações:

- a prática de eleições dos órgãos do poder deve ser melhorada e reforçada em permanência, pela adopção de estímulos competitivos cada vez mais expressivos da vontade dos eleitores, respeitando-se escrupulosamente o tempo de duração dos mandatos;
- os membros do Partido com assento nesses mesmos órgãos devem ser formados e preparados para serem os mais activos e dinâmicos, coordenando-se, orientando-se e controlando-se o seu desempenho político;
- as estruturas partidárias devem zelar para que os eleitos, sobretudo os seus membros, estabeleçam ligação permanente com os eleitores, garantindo o fluxo constante de informações e a percepção quotidiana de aspirações, interesses e problemas que se põem às populações; também e nesse quadro, o diálogo com as organizações de massas e sociais e demais instituições deve ser tornada uma prática;

- as organizações de massas e sociais devem tornar-se uma emanção da sociedade civil organizada, cada vez mais intérpretes dos grupos sociais que representam, na defesa e satisfação gradual dos seus interesses e aspirações profissionais, económicos, sociais e culturais;

- ainda mais, terão que assumir plenamente a sua autonomia, intervir na produção e produtividade, na satisfação das necessidades básicas e sociais da população, desenvolver e promover a solidariedade social, estimular e construir os consensos pelo confronto criador de ideias e opiniões e afirmar a qualidade de parceiros de desenvolvimento e de elementos activos do sistema político;

- reforçar a sua presença nos órgãos do poder nos vários níveis e, entre outras, ter iniciativa legislativa;

- o reforço da capacidade técnico-científica e de planificação devem continuar merecendo preocupação como condição a uma acção mais objectiva.

Na ordem do dia das prioridades, é de se impulsionar medidas e acções que visem:

- a adopção da Lei Quadro do Poder Local, instrumento privilegiado de materialização da descentralização, reforço e aprofundamento da democracia e do desenvolvimento comunitário;

- a definição de uma Política Nacional da Juventude, como parâmetro de integração e coordenação dos mecanismos e meios tendentes ao envolvimento real da juventude no desenvolvimento do país;

- tendo em conta as características próprias do mundo laboral, a definição de uma política sindical que melhor sirva os interesses e aspirações dos trabalhadores, de acordo com as exigências e desafios do momento.

No centro de todas as actividades, as estruturas partidárias e os militantes no seu todo, serão sempre os motores de todas as iniciativas, pelo reforço da sua capacidade de organização, de intervenção e de animação da sociedade inteira.

27.7.88

